

AGRICULTURA FAMILIAR E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL INDUSTRIAL AVÍCOLA NO MUNICÍPIO DE POCINHOS (PB)

Family agriculture and the monopolization of the territory by poultry industrial capital in the municipality of Pocinhos (PB)

La agricultura familiar y la monopolización del territorio por capital avícola industrial en el municipio de Pocinhos (PB)

Diego dos Santos Dantas¹
Joannes Moura da Silva²
Anieres Barbosa da Silva³

Recebido em julho de 2019. Publicado outubro de 2019.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo destacar o processo de monopolização do território pelo capital industrial avícola, evidenciando a apropriação da renda da terra da agricultura familiar pelas empresas avícolas no município de Pocinhos (PB). Teoricamente, as reflexões estão pautadas nas discussões referentes à agricultura familiar, campesinato, subordinação e apropriação da renda da terra. No tocante aos procedimentos de pesquisa, foram feitos levantamentos de dados secundários e realização de trabalho de campo nos estabelecimentos rurais do referido município. Após a análise e interpretação dos dados coletados é possível afirmar que as empresas avícolas atuantes na área de estudo se reproduzem em conformidade com os atuais pressupostos do sistema capitalista de produção, uma vez que elas se apropriam da produção dos agricultores e subordinam estes e as suas propriedades para aumentarem a produtividade industrial.

Palavras-chave: Monopolização do território; agricultura familiar; Pocinhos.

Abstract: *This work aims to highlight the territory monopolization process by industrial poultry capital, demonstrating the land income appropriation from family farming by poultry companies in the town of Pocinhos in Paraíba. Theoretically, the reflections are built on discussions regarding family farming, peasantry, subordination and allocation of land incomes. Regarding the methodological research procedures, second data survey and fieldwork were carried out in rural establishments of the town. After the analysis and interpretation of*

¹ Mestrando em Geografia/UFPB, dantasdsd@gmail.com

² Mestranda em Geografia/UFPB, joannesdasilva@hotmail.com

³ Professor Dr. do Departamento do Geociências da UFPB, anieres@uol.com.br

collected data is possible to affirm that working poultry companies of the region act in allegiance to the current assumptions of the capitalist system of production, as they appropriate farmers' production and subordinate their properties in order to increase industrial productivity.

Keywords: *Territory monopolization; family farming; Pocinhos.*

Resumen: *Este trabajo tiene como objetivo resaltar el proceso de monopolización del territorio por parte del capital industrial avícola, evidenciando la apropiación de los ingresos de la tierra de la agricultura familiar por parte de las empresas avícolas en la ciudad de Pocinhos (PB). Teóricamente, las reflexiones se basan en las discusiones sobre la agricultura familiar, el campesinado, la subordinación y la apropiación de los ingresos de la tierra. En cuanto a los procedimientos de investigación, se recopiló datos secundarios y se realizó trabajo de campo en los establecimientos rurales de dicho municipio. Después de analizar e interpretar los datos recopilados, es posible afirmar que las empresas avícolas que operan en el área de estudio se reproducen de acuerdo con las presuposiciones actuales del sistema de producción capitalista, ya que se apropian de la producción de los agricultores y también la subordinan, para aumentar la productividad industrial.*

Palabras clave: *Monopolización del territorio; agricultura familiar; Pocinhos.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo destacar o processo de monopolização do território pelo capital industrial avícola, evidenciando a apropriação da renda da terra da agricultura familiar pelas empresas avícolas no município de Pocinhos (PB). Para entendermos as transformações recentes do campo brasileiro, devemos partir do pressuposto que o desenvolvimento do sistema capitalista no campo não vem ocorrendo de maneira homogênea, dado que esse sistema não consegue transformar de uma só vez todas as formas de produção em produção ditada pelo lucro. Além disso, deve-se considerar que ao mesmo tempo em que são desenvolvidas relações de trabalho tipicamente capitalistas de produção (trabalho assalariado), o capitalismo, de forma contraditória, também é responsável pelo fortalecimento do trabalho familiar a partir do momento que abre espaço para o desenvolvimento da produção familiar no campo (OLIVEIRA, 2005).

Ao desenvolver alternativas de produção para o trabalho familiar, o capitalismo subordina os agricultores familiares às normas do capital industrial, dando condições, por meio do fornecimento de produtos e até mesmo de financiamento, para que eles produzam matéria-prima para a indústria, incrementando, portanto, o processo de monopolização do território no campo (OLIVEIRA, 2005).

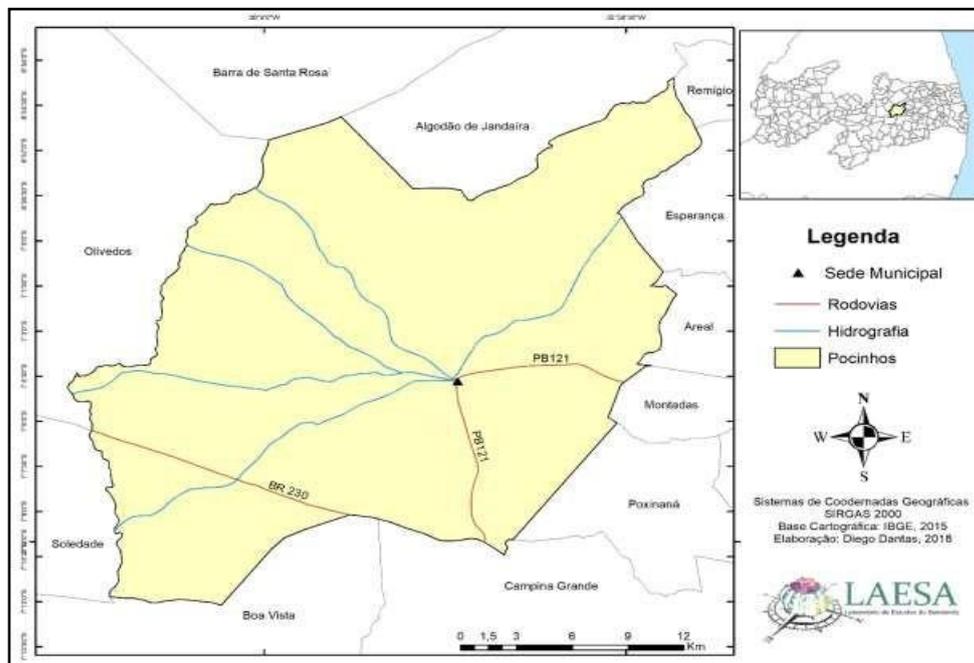
Na área onde o estudo foi realizado, o município de Pocinhos (PB), a monopolização do território dos agricultores familiares pelas empresas avícolas vem se dando principalmente por meio do sistema de integração, o qual se caracteriza por oferecer aos agricultores familiares assistência técnica, assistência veterinária, ração e produtos higiene para os aviários,

descontando no final de cada ciclo produtivo o valor da assistência e dos produtos gastos por cada agricultor familiar no aviário.

O município de Pocinhos foi escolhido como recorte espacial do estudo devido à importância que esse território municipal possui para avicultura de corte em âmbito estadual, pois o mesmo, de acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (2017), se estabelece como sendo o maior produtor de galináceos do estado da Paraíba. Devido às dificuldades para realização do trabalho de campo em todas as áreas produtoras do município, selecionamos a Comunidade Lajedo do Boi para verificar o processo de monopolização do território, por apresentar o maior índice de produção avícola do município de Pocinhos.

Localizado na Região Geográfica intermediária de Campina Grande, mais precisamente na Região Geográfica Imediata de Campina Grande, Pocinhos tem uma área territorial de 628,084 km², nas coordenadas 7°02'50" S e 36°04'07" W, fazendo limite, ao norte, com os municípios de Remígio, Barra de Santa Rosa e Algodão de Jandaíra; ao sul, com 18 Campina Grande e Boa Vista; ao leste, com Poxinaná, Montadas, Areal e Esperança; e ao oeste, faz limite com Soledade e Olivedo (Mapa 1).

Mapa 1. Localização do município de Pocinhos



Elaborado por Diego Dantas, 2018.

Conforme Buriti (2016), a economia municipal de Pocinhos está fundamentada, principalmente, na atividade agropecuária, cuja produção agrícola gira em torno de culturas, como batata-doce, batata-inglesa, fava, feijão, milho, castanha de caju e mandioca (PAM, 2017),

enquanto a produção pecuária tem como principais rebanhos os animais caprinos, equinos, ovinos, suínos e bovinos (PPM, 2017). Contudo, vem tendo destaque o rebanho de galináceos, com 1.340.000 cabeças (PPM, 2017). A expressividade dessa produção avícola ocorreu, sobretudo, após o declínio da Produção sisaleira. Paralelamente a essa fase, segundo Buriti (2016), as empresas avícolas iniciaram o processo de integração com os produtores visando aumentar suas capacidades produtivas, realizando, pois, a monopolização do território municipal de Pocinhos, devido o interesse dos produtores rurais que procuravam atividades que assegurassem melhorias socioeconômicas no campo (BURITI, 2016).

Em relação à metodologia utilizada para a construção do trabalho, inicialmente foram coletados alguns dados secundários junto ao *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na plataforma do Sistema de Recuperação Automático (SIDRA), mais precisamente nas plataformas da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) (2017). Para compreendermos melhor as discussões teóricas que nortearam o estudo, a exemplo agricultura familiar, campesinato, subordinação e renda da terra, dialogamos com os seguintes autores: Wanderley (1996 e 2003), Fernandes (2001), Hespanhol e Costa (2002), Coelho e Fabrini (2014) e Oliveira (2002). Destacamos, ainda, a realização de atividades de campo nos três estabelecimentos de agricultura familiar da Comunidade que trabalham com avicultura, no dia 16 de abril de 2018. Nessas visitas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares na busca de compreender o processo de monopolização do território pelas empresas avícolas.

A agricultura familiar e os seus laços com o campesinato

A figura do produtor familiar no Brasil é bastante antiga. Podemos dizer mais precisamente que desde o período colonial ela já se mostrava como uma prática importante para atender as demandas de abastecimento alimentar no país. A origem dessa produção alimentar está diretamente ligada a uma “massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços” (SILVA, 1981, p. 10) que produziam para sua própria subsistência e vendiam parte da produção para as feiras das cidades.

No entanto, contraditoriamente, o reconhecimento do papel dos pequenos produtores familiares nunca foi feito de fato, haja vista que o fortalecimento da produção familiar, na maioria das vezes, esteve marginalizado no que diz respeito ao desenvolvimento de iniciativas

estatais que visassem a consolidação do reconhecimento do agricultor familiar enquanto agente fundamental da segurança alimentar do país⁴

A intensificação das políticas de crédito, tanto para produção do agronegócio como para agricultura familiar, permitiu não só aquele aprimorar os equipamentos técnicos para a sua produção, mas também possibilitou que os agricultores adquirissem instrumentos que estão em consonância com a reestruturação produtiva da agropecuária atualmente. Todavia, a distribuição do crédito não acontece de modo igualitário, uma vez que a maior parte dos recursos destinados é direcionada para beneficiar o agronegócio, o que contribui para a manutenção das desigualdades econômicas e sociais do campo brasileiro. Isso acontece porque o Brasil sempre foi um país preocupado em exportar produtos primários (cana-de-açúcar, café, milho, soja, dentre outros) que são cultivados em grandes faixas territoriais, região Centro Oeste, ou da cana-de-açúcar no litoral do Nordeste.

A partir dos anos de 1990, o governo brasileiro concebeu um conjunto de programas e ações ou políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais e a melhoria dos indicadores econômicos e sociais do país. Dentre esses programas destacamos o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo era financiar.

Os custos de produção, a melhoria de infraestrutura de produção que exige financiamentos de longo prazo, a agregação de valor à produção primária e as cotas-partes das cooperativas de produção dos agricultores familiares. Os financiamentos só são concedidos para atividades produtivas geradoras de renda (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011, p.12).

O Programa emergiu como consequência das reivindicações dos agricultores familiares por políticas públicas de acesso à terra, ao crédito, ao mercado e a melhorias das condições de reprodução socioeconômica, e do reconhecimento da importância da produção familiar camponesa para a soberania alimentar no território brasileiro. Assim, o Programa pode ser visto como uma resposta às demandas dos agricultores familiares na medida em que viabiliza o acesso ao crédito, ao mercado, a comercialização dos produtos e a aquisição de equipamentos.

O PRONAF é dividido em diferentes linhas de auxílio ao crédito, e estas “possuem especificidades como público-alvo a ser alcançado, modalidade e finalidade do investimento, limite de crédito, juros a pagar, bônus de adimplência, prazos de pagamento e a carência” (RODRIGUES; LIMA, 2011, p. 116).

⁴ Porém, é válido evidenciar que “no período colonial quando havia fome na colônia e as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem sua produção, para abastecimento das vilas e cidades” (SILVA, 1981, p. 10).

Mitidiero Júnior e Barbosa (2016), ao analisarem os dados do Censo Agropecuário referente ao ano de 2006, adotaram uma metodologia de pesquisa própria de análise dos dados do Censo, chamando os estabelecimentos rurais de **pequeno** (os que possuem entre 0 a 200 hectares), de **médio** (os que estão na faixa de 200 a 1.000 hectares) e de **grandes** (os que têm área superior a de 1.000 hectares) (MITIDIERO, JUNIOR e BARBOSA, 2016.). Nesse estudo, os autores destacam que a alimentação dos brasileiros advém dos pequenos estabelecimentos agropecuários, ou seja, dos produtores familiares.

De acordo com Fernandes (2001), a construção teórica da produção familiar no Brasil tem se distinguido entre camponês e agricultor familiar, o primeiro estaria ligado ao arcaico, ou seja, a práticas rudimentares de produção e que conseqüentemente o deixaria de fora da lógica do sistema capitalista, já o segundo representa o novo, isto é, o que incorpora em sua produção objetos técnicos que estão em consonância com a racionalidade atual do sistema capitalista no campo. Esta última abordagem acadêmica foi fortemente impulsionada nos anos de 1990, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF).

Dentre os vários aspectos abordados referentes à agricultura familiar, ganharam expressividade os relacionados à inserção social e econômica dessas explorações; a pluriatividade das unidades produtivas; os impactos decorrentes das políticas públicas destinadas a esses produtores, com destaque para o PRONAF; a questão do desenvolvimento local; as formas de organização social, com ênfase nas associações e cooperativas; e as estratégias de reprodução social dessa categoria de produtores rurais (HESPANHOL e COSTA, 2002, p. 160).

Todavia, Wanderley (1996) afirma que a agricultura familiar não é uma categoria social recente, e complementa dizendo que a agricultura familiar deve ser entendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo, em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 2).

Entendemos aqui que esteve e está em curso um processo de mudança que vem afetando a maneira de produzir e a vida dos agricultores, e que as transformações que estão acontecendo na vida dos produtores familiares apresentam-se pondo em risco a própria lógica familiar (WANDERLEY, 2003). Porém, as modificações pelas quais esses sujeitos estão passando não fizeram com que eles perdessem a sua própria estratégia de produção e reprodução, onde a instância imediata de decisão está ligada diretamente a família.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Em vista disso, não compreendemos o agricultor familiar como uma categoria operacional das políticas públicas que a eles foram destinadas, mas sim como “atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de interação do Estado, sem história” (WANDERLEY, 2003, p. 47), posto que a agricultura familiar se constitui uma categoria extremamente genérica, em razão de que a “combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 1996, p. 3).

Dessa forma, é preciso, portanto, levarmos em consideração que a agricultura familiar que se produz nas sociedades modernas, como a brasileira, “deve adaptar-se a um contexto econômico próprio dessas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida tradicional” (WANDERLEY, 1996, p.2), tendo em vista que o saber tradicional do camponês passado de geração em geração não é mais capaz de orientar o comportamento econômico pelo qual o campo brasileiro vem passando (WANDERLEY, 2003).

Logo, podemos inferir, a partir do pensamento de Wanderley (1996), que a atual figura do produtor familiar, isto é, o agricultor familiar não foi construído em cima de uma ruptura total sobre as formas anteriores de produção familiar, no caso, o camponês, isto porque ao

Se adaptar às exigências da agricultura moderna, esta forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizada, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças (WANDERLEY, 1996, p. 15).

Portanto, podemos dizer que a presença das tradições do campesinato está viva no agricultor familiar, já que, ainda em conformidade com Wanderley (1996), no agricultor familiar há um camponês bem acordado. Todavia, entendemos que “a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês” (FERNANDES, 2001, p.30), pois, nem todos os agricultores familiares possuem uma essência camponesa. Assim, no tópico seguinte

buscaremos entender como vem se dando a reprodução da agricultura familiar em Pocinhos, considerando o processo de monopolização do território pelo capital industrial da avicultura de corte.

Monopolização do território: apropriação e subordinação da produção dos agricultores familiares pelo capital industrial avícola em Pocinhos (PB)

O sistema de integração avícola em Pocinhos foi responsável por imprimir aos produtores a lógica de produção de mercadorias. Todavia, foi verificado em campo que mesmo integrado os agricultores familiares não perderam a sua identidade camponesa, uma vez que o sistema de integração não foi capaz de se territorializar homoganeamente nos estabelecimentos que trabalham com a atividade avícola. Isso porque o capital não tem competência suficiente para transformar de uma vez todas as formas de produção em produção ditada pelo lucro capitalista (OLIVEIRA, 2005).

De fato, observamos que o trabalho dos agricultores familiares em Pocinhos está subordinado ao capital industrial, dado que este estabelece várias normas para realização do processo produtivo de engorda das aves, fazendo, pois, com que a exploração da força de trabalho camponesa efetive-se pela conversão dessa forma de produção em viveiro, e de força de trabalho para o próprio setor agrícola e para o setor urbano-industrial. Em outras palavras, a reprodução ampliada do capital avícola no município vem se dando, sobretudo, por meio da apropriação da produção familiar pelas empresas ligadas a produção da avicultura.

A força de trabalho empregada na atividade avícola da maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar visitados é de pessoas ligadas à própria família do responsável pelo aviário, para que não exista a necessidade de fazer investimentos na contratação de mão de obra assalariada. Todavia, cabe ressaltar que todos os agricultores familiares entrevistados disseram que contratavam trabalhadores (entre um e dois ajudantes extras) para auxiliar no manejo das aves, principalmente no início do processo de engorda. Assim, verificamos que o setor avícola industrial ao fazer contrato com os agricultores familiares se apropria das relações não capitalistas de produção que existem dentro dos estabelecimentos dos produtores.

Esse processo de desenvolvimento da agricultura ocorre de formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utiliza de relações de trabalho familiares para não ter que investir uma parte de seu capital na contratação de mão-de-obra. Ao mesmo tempo utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos trabalhadores camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, em dinheiro (OLIVEIRA, 2005, p. 479).

Portanto, entendemos que o não pagamento de salário aos familiares do proprietário do aviário faz com que a reprodução dos agricultores familiares que são integrados as indústrias avícolas atuantes em Pocinhos evidencie a reprodução do campesinato. Este que possui convicções diferentes da produção do sistema capitalista, uma vez que neste sistema a extração da mais-valia é uma questão indispensável para a continuidade do lucro empresarial.

Partindo dessa compreensão, podemos dizer que não há uma efetiva territorialização do capital avícola em Pocinhos, dado que as empresas avícolas se utilizam do território dos avicultores para produzir lucro, fazendo com que a reprodução ampliada do capital não se desenvolva em sua plenitude. Além disso, devemos considerar que não há instalação física das empresas avícolas no território municipal, e isso nos leva a afirmar que mesmo sem ser proprietário de nenhum estabelecimento agropecuário, e não estabelecer nenhuma relação de trabalho capitalista na avicultura em Pocinhos, o capital industrial consegue retirar a mais-valia do processo inicial da produção avícola.

Nestes termos, observamos que nos três estabelecimentos dos agricultores familiares pesquisados o capital industrial realiza uma monopolização territorial (OLIVEIRA, 2005), pois a indústria avícola não se instala fisicamente, mas, na realidade, ela subordina a agricultura familiar por meio do sistema de integração. Nesse processo, a indústria é responsável pelo fornecimento dos suplementos necessários à criação e engorda das aves, descontando os gastos dos valores finais pagos ao agricultor familiar. Assim, no processo de monopolização do território Oliveira lembra que o capital:

Abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato enquanto classe social. O campo continua povoado, a população rural pode até se expandir. Neste caso o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar simultaneamente a distribuição da riqueza, que nem sempre são grandes. O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para indústrias no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo) (OLIVEIRA, 2005, p. 479).

No entanto, esse tipo de reprodução do campesinato, difundida por meio da monopolização territorial pelas empresas avícolas em Pocinhos, coloca o agricultor familiar em condições de extrema vulnerabilidade, haja vista a dependência do capital industrial para comprar a sua produção, gerando, pois, uma instabilidade da segurança econômica e social. A não compra da produção desencadeia diversos problemas para a reprodução socioeconômica das famílias camponesas. O impacto para estas é significativo, pois como relatado pelos produtores entrevistados, a avicultura se constitui na principal e única, em boa parte dos casos,

fonte de renda. Tal condição deixa os produtores familiares profundamente sujeitos as ordens ditadas pelas indústrias avícolas.

Conforme relato de um dos agricultores entrevistados, todos os equipamentos do seu aviário foram comprados por ele mesmo, sendo a indústria integradora responsável por financiar a compra. O valor do financiamento foi pago por meio de parcelas, as quais foram descontadas dos valores totais que foram pagos pela empresa ao término do processo produtivo. Um dos agricultores explanou a seguinte insatisfação: “quem vive disso tem que sempre tá investindo, mas o retorno é pouquinho” (Agricultor familiar integrado à Empresa Frango Dourado, abril de 2018). Assim, podemos constatar que por mais que se invista, o dinheiro pago pela produção é pouco diante do trabalho que os agricultores têm no processo de engorda das aves. Também foi constatado em campo que os agricultores contraem dívidas elevadas para atender as imposições, ou normas das empresas, pois sempre existe pressão da indústria para aperfeiçoar os equipamentos produtivos utilizados nos aviários e, conseqüentemente, aumentar a produtividade do setor industrial.

Ainda de acordo com os agricultores familiares inquiridos, são as empresas avícolas atuantes em Pocinhos que ditam o preço final que será pago por cada ave, em face do peso e de suas condições físicas. É válido ressaltar também que o valor final pago pela empresa já contém os descontos tidos com o consumo de ração, medicamentos e materiais de limpeza utilizados durante o processo de engorda.

Nessa continuidade, se um lote em seu processo inicial tiver 13.000 pintos, e durante o processo de engorda morrer 400 pintos⁵, e a empresa pagar por cada frango R\$ 0,90⁶, o valor final da produção será de R\$ 11.340,00. Deste total, além dos produtos fornecidos pela empresa, os quais são descontados no pagamento final, o agricultor ainda tem os gastos com energia, água, lenha e a cama de frango (Tabela 1).

Ao não se responsabilizar pelas despesas mencionadas na tabela, o capital industrial avícola se apropria da renda da terra⁷ dos agricultores sem, entretanto, ser proprietário da terra. Assim, a renda da terra é apossada pelo capital industrial, quer seja pelo produto final no qual contém trabalho não pago das relações não capitalistas existentes dentro dos estabelecimentos familiares⁸, bem como pelo não gasto com os materiais necessários para manter a produção.

⁵ Segundo um dos agricultores, a média de mortalidade é de 400 pintos por lote.

⁶ O valor pago pelas empresas por cada frango varia de R\$ 0,70 a R\$ 1,10. Todavia a maioria dos agricultores familiares falou que o valor pago pela empresa por cada unidade nunca passou de R\$ 0,90.

⁷ “A renda da terra em taxa de lucro (mais-valia, portanto) para a indústria deriva exclusivamente da quantia de trabalho não pago contido nas matérias-primas a serem processadas” (PAULINO, 2003, p.110).

⁸ “Nas formas não tipicamente capitalistas, especificamente na agricultura camponesa, não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas” (PAULINO, 2003, p.108)

Tabela 1. Principais despesas sob a responsabilidade dos Agricultores familiares durante o processo produtivo

TIPO DE DESPESA	VALORES (R\$)
Água	2.400,00
Energia	500,00
Lenha	250,00
Cama	100,00
Total	3.250,00

Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Com as ações ditadas pelo capital industrial, nos certificamos de que a autonomia dos agricultores familiares entrevistados sobre os seus estabelecimentos é enfraquecida, considerando que as normas determinadas pelas empresas ocasionam a sujeição da produção familiar às ordens daquelas. Também constatamos que as relações de poder da indústria com os agricultores familiares não se fazem só presentes por meio de ações imateriais, mas também a partir de objetos que sinalizam a sujeição da produção às empresas avícolas (Fotografia 1).

Fotografia 1. Placa de identificação do produtor e da empresa a que ele está integrado



Fonte: Trabalho de campo, 2018

A partir da fotografia 1, podemos observar a existência de um poder simbólico no qual o território dos agricultores familiares está sendo apropriado e monitorado por ações empresariais. Em outros termos, a placa demonstra o poder da Guaraves dentro dos estabelecimentos agropecuários, denunciando, desse modo, a dinâmica de subordinação dos agricultores familiares a ações do capital industrial avícola. Além disso, revela, de maneira explícita, uma das formas de territorialização da Guaraves no território municipal de Pocinhos

Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 5, n. 1, p. 102 - 116, 2019.

(PB). Esta territorialização também ocorre mediante as normas de funcionamento do processo produtivo de engorda das aves, exercendo o seu poder ao estabelecer o que será produzido, a forma de produzir e o preço final de cada lote. Portanto, o conjunto das transformações impostas pelas empresas avícolas representa a base pela qual a territorialização do capital avícola se estabelece dentro dos estabelecimentos e no município de Pocinhos, na qual o produtor mesmo sendo dono dos meios de produção está à mercê das ações do capital avícola industrial.

Apesar dessa subordinação ao capital industrial, é possível dizer que as relações camponesas não foram completamente extintas. Além do uso da mão de obra familiar no processo produtivo de engorda das aves, foi observado em um dos estabelecimentos visitados que a reprodução do campesinato também se dá pela produção para o autoconsumo e para segurança alimentar, por meio do cultivo de produtos agrícolas, como milho e feijão, e da criação de ovinos e bovinos, como expressam as fotografias a seguir.

Fotografia 2. Gado confinado em curral próximo a residência do avicultor



Fonte: Trabalho de campo, 2018

Fotografia 3. Plantação de milho consorciado com palma forrageira



Fonte: Trabalho de campo, 2018

A produção para autoconsumo demonstra, por sua vez, uma carga histórica da reprodução social do campesinato, visto que as estratégias camponesas para o seu próprio consumo não se contrapõe completamente a lógica capitalista de produção. Sendo assim, e considerando que os camponeses são sujeitos criados e recriados no âmbito da expansão do sistema capitalista na atividade agrícola, “em momentos as práticas camponesas estão articuladas com as relações capitalistas, noutros estão paralela e à margem contraditória, o que lhes garante sua existência no campo” (COELHO e FABRINI, 2014, p.85).

Nesse contexto, podemos inferir que os agricultores familiares integrados ao capital avícola atuante em Pocinhos estão corroborando para a difusão do processo contraditório e desigual da instalação do sistema capitalista no campo, pois ao mesmo tempo em que produzem

matéria-prima para sustentar o capital industrial eles se utilizam de práticas não capitalistas para sua reprodução social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da pesquisa possibilitou melhor compreensão do processo de reprodução do capital decorrente da monopolização do território pela atividade industrial avícola no município de Pocinhos. Nesse processo, constatamos que as empresas avícolas atuantes no município se reproduzem de maneira contraditória ao estimular o avanço do capital e as formas não capitalistas na produção familiar. Além disso, elas subordinam os avicultores e se apropriam tanto da produção quanto simbolicamente de suas propriedades para aumentar a produtividade industrial. Em outros termos, o produtor continua como proprietário da terra, porém perde a autonomia em face da sua condição de integrado que o obriga a seguir as estratégias de produção ditadas pelo capital avícola industrial.

Por fim, evidenciamos que apesar desse cenário de sujeição ao capital industrial avícola os agricultores familiares ainda conseguem preservar as raízes do campesinato. Mesmo se adequando as exigências do capital industrial avícola, os agricultores familiares não perderam completamente as suas relações com o trabalho na terra, dado que, como visto no decorrer deste artigo, além de produzir para o capital industrial avícola os agricultores familiares também se reproduzem a partir de práticas que o fortalecem como sujeito camponês, ou seja, a relação com a terra, o cultivo e a criação de animais para atender as demandas do consumo da própria família.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Cartilha de acesso ao PRONAF 2010-2011, Brasília, DF: 2011. Disponível em: <<http://www.ipascomnet.com/parquia/inc/download/09082011114519PRONAFI.PDF>>. Acesso em: 20/12/2017.

BURITI, M. M. S. **Dinâmicas Territoriais e Interações Espaciais**: o circuito espacial produtivo da avicultura de corte no município de Pocinhos-PB. 2016. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa.

COELHO, D. C.; FABRINI, J. E. Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio. **NERA**, Presidente Prudente, v. 17, n. 25, p. 71-87, 2014.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

HESPANHOL, R.A.M.; COSTA, V. M. H. M. A agricultura familiar em municípios selecionados da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (SP): caracterização e interpretação. **Boletim de Geografia (Online)**, Maringá, v. 20, n. 1, p. 01-11, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal 2017**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2017/>>. Acesso em 20/12/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal 2017**. Disponível em:< <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em 20/12/2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N; SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 18, n 3, p 7-77, 2017.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S (Org). **Geografia do Brasil**. 5a. Ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005, p. 465-534.

PAULINO, E. T. **Terra e vida**: a geografia dos camponeses no norte do Paraná. 2003. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente.

RODRIGUES, M; LIMA, F. Programa Nacional de Fortalecimento ao Crédito da Agricultura Familiar: Ação e atuação no Estado da Paraíba. In: RODRIGUES, M. (Org). **Do Campus ao Campo**: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba, Brasil. João Pessoa: UFPB. 2011. p. 115-137.

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. v. 11, n.32, p 1- 20. 1996.